



Subseção de Anápolis/GO inaugura Centro de Conciliação e porta giratória detectora de metais

No dia 24 de agosto, durante solenidade realizada na sede da Subseção Judiciária de Anápolis/GO, foram inaugurados o Centro de Conciliação e a porta giratória detectora de metais da subseccional goiana.

Participaram do evento o diretor do foro da Seção Judiciária de Goiás (SJGO), juiz federal Paulo Ernane Moreira Barros; o diretor da Subseção Judiciária de Anápolis, juiz federal Alaôr Piacini; os juizes federais Marcelo Meireles Lobão e Rolando Valcir Spanholo; o diretor da Secad, Clécio Bezerra Nunes Júnior, além de representantes da Caixa Econômica Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil, servidores, estagiários e funcionários terceirizados da Subseção de Anápolis.

Em seu pronunciamento, o diretor do foro da SJGO, Alaôr Piacini, ressaltou que o Centro de Conciliação tem como principal foco a conciliação pré-processual, a qual terá como principais vantagens a redução do prazo para a resolução dos conflitos, a redução dos custos do processo judicial e a redução das demandas distribuídas para as varas federais e juizados especiais federais adjuntos.

Com informações da Secos/SJGO

Tribunal comemora um ano de implantação do Processo Administrativo Eletrônico/SEI

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região deu início, nesta terça-feira, dia 1º de setembro, às comemorações pelo primeiro ano de implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no TRF1 e na Seção Judiciária do Distrito Federal. Adotado para facilitar as rotinas de trabalho, o PAe/SEI entrou em funcionamento no Tribunal e na Seccional do DF no dia 08 de setembro de 2014.

Durante os próximos dias, serão encaminhados às caixas de e-mail dos servidores do TRF1 depoimentos de usuários do PAe/SEI cujas respectivas unidades foram mais impactadas pela nova ferramenta. Após o dia 8 de setembro, os servidores do TRF1 e da SJDF também poderão opinar a respeito do PAe/SEI por meio de uma enquete, a ser enviada também por e-mail, quando poderão sugerir melhorias para otimização da ferramenta. A pesquisa vai subsidiar a Administração na elaboração de treinamentos com foco mais direcionado a cada necessidade.

O Sistema Eletrônico de Informação foi criado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região para a produção, a edição, a assinatura e o trâmite de documentos administrativos, possibilitando a atuação simultânea de várias unidades em um mesmo processo, ainda que estejam distantes fisicamente, e tornando o trabalho rápido e colaborativo.



TRF da 1ª Região recebe selo de boas práticas ambientais

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, conferiu, no dia 17 de agosto, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região o Selo A3P de Sustentabilidade na Administração Pública. O selo tem por objetivo demonstrar o reconhecimento e promover a divulgação de práticas de gestão baseadas em conceitos de sustentabilidade implantadas pela Administração Pública.



Via Legal desta semana exhibe reportagem sobre antecipação de matrícula em universidade

O programa Via Legal desta semana traz reportagem produzida pela equipe do TRF da 1ª Região sobre a situação de alunos do ensino médio, aprovados no vestibular e que precisaram brigar nos tribunais para antecipar a entrada na universidade. No processo seletivo deste ano, a Universidade de Brasília (UNB) passou a exigir o diploma de conclusão já no momento da inscrição da prova. Na Justiça, os alunos conseguiram autorização para fazer a matrícula na UNB.

O Via Legal é exibido nas TVs Cultura, Justiça, Brasil, além de em outras 25 emissoras regionais. Confira os horários de exibição e assista à programação também pela internet www.youtube.com/programaviaseg e www.youtube.com/cj:

TV Justiça: 02 de setembro, às 21h30; 04 de setembro, às 11h30 e 06 de setembro, às 12h30;

TV Cultura: 06 de setembro, às 5h30;

TV Brasil: 06 de setembro, às 6h.

Congresso Nacional deve analisar Veto 26 nesta quarta-feira

O Congresso Nacional fará sessão conjunta nesta quarta-feira, dia 02 de setembro, para apreciação dos vetos presidenciais, entre os quais o Veto nº 26 ao Projeto de Lei nº 28, que trata do reajuste dos servidores públicos do Judiciário Federal. O PL 28 foi vetado integralmente pela presidente Dilma Rousseff, "por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público", conforme publicação no Diário Oficial da União do dia 22 de julho.